 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 042. Maternidades, partos e cuidado infantil: políticas dos corpos, direitos humanos e antropologia em ação

Rosamaria Giatti Carneiro (UnB) - Coordenador/a, Elaine Müller (UFPE) - Coordenador/a, Giovana Acácia Tempesta (UnB) - Debatedor/a, Fernanda Bittencourt Ribeiro (Pucrs) - Debatedor/a, Camila Pimentel (Fiocruz Pernambuco) - Debatedor/a Este GT pretende dar continuidade ?s discuss?es inauguradas na RBA de 2014 e em outros f?runs de debate antropol?gico nos ?ltimos anos. Se, de in?cio, nos concentramos nos debates sobre parto, assist?ncia m?dica e movimentos de mulheres na atualidade, os ?ltimos anos t?m nos dado mostra da amplia??o da reflex?o nesse campo. A antropologia do parto tornou-se, pouco a pouco, a antropologia das maternidades, dos corpos e da inf?ncia, tematizando literalmente o cuidado em sua vida social desde uma perspectiva de g?nero. Muitos t?m sido os seus desdobramentos que nos incitam a propor este grupo, quais sejam: as maternidades contra-hegem?nicas; as novas parentalidades; as teorias da maternagem, a cria??o com apego, a disciplina positiva e seus dilemas; a vida profissional e a maternidade no s?culo 21; as m?es e defici?ncia no contexto do Zika V?rus; aborto; os movimentos sociais-econ?nicos maternos; a pol?tica e a maternidade; as desigualdades e maternidades; as no?es de inf?ncia; os direitos no/do parto; a pesquisadora como m?e e a antropologia feita por m?es, para al?m, ? claro, dos debates sobre assist?ncia m?dica, leituras de parto, p?s-parto e amamenta??o. Por essa raz?o, trabalhos que contornem esse leque investigativo ser?o mais do bem-vindos no sentido de despertar di?logos antropol?gicos sobre direitos humanos e maternidades em a??o e em amplo sentido.

A era do cuidado: transformações no sistema de saúde brasileiro, emoções e as mães de crianças com a Síndrome Congênita do Zika

Autoria: Fernanda Meira de Souza, Luciana Campelo Lira Russell Parry Scott

Nas décadas de 70 e 80, morriam cerca de 1 milhão de crianças com menos de 5 anos de idade por ano no Brasil. Doenças parasitárias, infecções e desnutrição eram as principais causas. Até meados da década de 80, nem toda a população tinha acesso aos serviços públicos de saúde, restrito à parcela da população que trabalhava com registro e contribuía com a previdência. Neste cenário, alguns estudos sobre mortalidade infantil, naquela época, identificavam que a ausência de recursos financeiros, desemprego, cotidiano de violência, doenças, desnutrição e ausência de atendimento público de saúde contribuíam para uma espécie de ?cultura de negligência? no cuidado ? e no afeto - com as crianças, desencorajando a busca pela sobrevivência de crianças desnutridas, doentes ou com deficiência. Porém, apesar da desigualdade que ainda persiste no Brasil, a taxa de mortalidade infantil vem caindo nos últimos 30 anos. Um elemento divisor de águas, como demonstra o relatório do Unicef (2015), foi o surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS), em que o atendimento de atenção primária tem ênfase na saúde da família. Sobre mortalidade infantil, o relatório aponta que em 1990, a cada mil crianças nascidas vivas, 58 morriam antes de completarem 5 anos. Em 2015, caiu para 16 óbitos. Retomando como referência os estudos que enfatizavam a dita ?cultura de negligência?, nossa pesquisa tem se interessado em compreender como mudanças no sistema de saúde pública brasileiro contribuem numa transformação nas relações de cuidado das famílias com as crianças, na persistência da sobrevivência e desenvolvimento das crianças e nas emoções em torno desse cuidado. Como exemplo empírico, nossa pesquisa de campo foi feita no contexto da epidemia do Zika Vírus no Brasil, especificamente com as famílias cujas crianças ? nascidas entre 2015 e 2016, têm a Síndrome Congênita do Zika. Esta síndrome causou danos neurológicos severos e permanentes e o nascimento dessas crianças significou uma mudança drástica na vida dessas famílias, cujo cotidiano é marcado pelo cuidado com a

 ISBN: 978-85-87942-61-6

> criança. A epidemia exigiu respostas rápidas do governo brasileiro, com mudanças de protocolos de atendimento, diagnóstico, prevenção ao Zika, e a grande demanda de assistência às crianças e suas famílias. Em torno do Zika surgiu uma mobilização, criando redes de apoio, comoção midiática e um estado de emergência colocando as crianças com a Síndrome Congênita, por ora, na prioridade do atendimento nos âmbitos da Saúde, da Assistência, etc. e, neste sentido, contribuindo para incentivar o cuidado da mãe com a criança e tornar sua existência algo positivo, em que o afeto aparece como elemento fundamental desse cuidado. No entanto não se sabe se o fim de um cenário de emergência incidirá, ou não, nessa mesma ?cultura do cuidado?.

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**